

1. Avanço internacional da extrema-direita ameaça direitos e o enfrentamento à crise ambiental

A conjuntura internacional segue sendo pautada pelo genocídio do povo palestino, que já provocou a morte de mais de 37 mil pessoas e expõe a fragilidade dos organismos internacionais, a omissão e apoio ao genocídio das grandes potências e até que ponto os EUA estão dispostos a ir na disputa geoeconômica e de conformação de blocos na etapa atual.

Durante os 8 meses de ofensiva de Israel, Biden foi o principal fiador de Netanyahu. Embora, eventualmente, manifestasse desacordos com a contundência dos ataques, a sua preocupação é com o apelo que a crise humanitária na Palestina tem e com o desgaste que vem sofrendo com protestos no mundo inteiro e nos próprios EUA, a exemplo dos acampamentos universitários, com milhares de estudantes detidos e que se espalharam pela Europa e mais países do mundo. Tal pressão obrigou os EUA a apresentarem uma proposta de cessar-fogo que foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU no dia 10 de junho.

A consolidação do fim da ofensiva israelense, a retirada das tropas e os direitos dos palestinos seguirá, entretanto, na ordem do dia até que seja definitivamente acatada por Netanyahu. A solidariedade e apoio internacional ao cessar-fogo segue sendo necessária até que o povo palestino receba toda a ajuda humanitária que precisa.

É preciso seguir acompanhando o impacto que isso terá sobre a popularidade de Biden e nas eleições presidenciais de 2024. Mesmo condenado pela Justiça dos EUA em 30 de maio, Donald Trump deve concorrer à Casa Branca e, de acordo com o RealClear Politics, que agrega diferentes pesquisas sobre a disputa eleitoral, está praticamente empatado com Biden, mantendo vantagem na maioria dos estados chave.

Nesse cenário de instabilidade, o resultado das eleições do Parlamento Europeu realizadas entre 6 e 9 de junho serve de mais um alerta na disputa de rumos em curso frente às crises geradas pelo neoliberalismo. Ainda que dos 720 eurodeputados, o principal bloco partidário continue sendo formado pelos partidos da direita tradicional, com 186 parlamentares, e que o Bloco da Social Democracia tenha alcançado 135 assentos, a extrema direita se consolidou como a 2ª maior força do parlamento europeu, somando deputados dentro e fora dos tradicionais blocos internos.

Cabe destacar o desempenho do AfD na Alemanha, que conquistou 15,9% dos votos no país e ficou à frente do partido social-democrata, bem como a derrota de Macron, na França, para a extrema-direita de Marine Le Pen, que levou o presidente francês a dissolver o Parlamento Nacional no país e a antecipar as eleições nacionais parlamentares para o fim de junho.

Essa composição, além de apontar diagnósticos da correlação de forças em cada país, pode impactar de forma preocupante em nível internacional em questões estratégicas nos próximos 5 anos em que vigorará a legislatura. Entre elas, fundamentalmente, a militarização crescente da Europa e novo fortalecimento da OTAN, as políticas de enfrentamento à crise climática, a situação dos imigrantes e os

direitos sociais em geral.

Isso fortalece a avaliação de que a extrema-direita segue sendo uma grande ameaça em nível mundial, e de que combatê-la continua sendo a nossa principal tarefa neste período. Deriva-se daí a necessidade de unificar as esquerdas e os movimentos sociais nas ruas e nas eleições para esse enfrentamento e para disputar as saídas para a crise política, econômica, ambiental e humanitária que atravessa essa etapa histórica.

Também se colocam necessárias as táticas eleitorais que possam impor derrotas à extrema-direita, como foi feito no Brasil, em 2022, e mais recentemente no México, com a vitória de Cláudia Sheinbaum, a primeira mulher eleita para a presidência naquele país e que derrotou a candidata dos tradicionais PAN, PRI e PRD. Por isso, valorizamos a recente declaração de unidade da esquerda e da centro-esquerda na França para as próximas eleições. O equilíbrio entre essas táticas e a necessária afirmação do nosso programa anticapitalista e de transformação é, sem dúvida, um dos grandes desafios apresentados para o período.

2. Em defesa do programa eleito em 2022 é necessário enfrentar a ofensiva do bolsonarismo, do centrão e da direita tradicional

O Brasil se insere nesse contexto de enfrentamento à extrema-direita e de agravamento da crise climática, vivenciando a tragédia no Rio Grande do Sul, bem como de uma forte articulação entre dos partidos da direita e do centrão que busca impedir Lula de governar e implementar o programa eleito nas urnas em 2022.

A catástrofe no estado gaúcho está longe de ser arrefecida. Embora o tema venha perdendo força nos noticiários, é preciso seguir estimulando as ações de solidariedade e defendendo medidas que garantam o básico para a sobrevivência dos atingidos pelas enchentes, que enfrentaram uma segunda onda de inundações.

Agora começa um trabalho de reconstrução do Estado, em que é imperativo garantir acesso a direitos como moradia e trabalho, e que também expõe a disputa pelas bases dessa reconstrução, como o papel do Estado versus uma visão liberal e privatista.

As ações da extrema-direita espalhando fake news e tentando desconstruir as políticas emergenciais adotadas pelo governo federal, alimentando uma concepção “nós por nós” numa ótica liberal e de defesa do Estado mínimo que não tem nada a ver com o empoderamento do povo, mas com o enfraquecimento do papel do Estado, e apresenta a embocadura da batalha que estamos travando.

Isso se conecta com uma pauta fundamental que ganha força na atual conjuntura: as privatizações. Num contexto de venda das empresas de saneamento, como a SABESP, das escolas, e até numa tentativa de PEC cujo resultado seria a privatização de praias, é preciso disputar o sentido da reconstrução do RS, para que não sejam as grandes empresas privadas a lucrar em cima dessa tragédia, a exemplo do que aconteceu após a catástrofe provocada pelo Furacão Katrina nos EUA em 2005, e para que o Estado cumpra com sua atribuição de financiar políticas de moradia digna, de prevenção, mitigação e adaptação climática, de incentivo à

retomada da atividade dos setores pequenos e médios da economia, de frentes de trabalho.

Nesse sentido é preciso localizar bem o papel não só que a extrema-direita vem cumprindo, mas também do chamado centrão e da direita tradicional, estão impondo derrotas ao governo e agindo no sentido de diminuir sua margem de manobra na implementação de políticas.

Embora boa parte desses segmentos tenham embarcado na candidatura Lula e, hoje, ocupam espaço significativo no governo, frequentemente se aliam com a extrema direita no Congresso não só para tentar aprovar medidas econômicas, mas também pautas conservadoras, a exemplo do pedido de urgência para o projeto de lei que classifica o aborto realizado após a 22ª semana de gestação como crime de homicídio, a PEC 45 e a busca por acelerar o pacote de destruição ambiental que engloba 25 projetos e 3 PECs que fragilizam as regras de proteção ambiental.

É da máxima gravidade a votação sobre os vetos presidenciais. De um lado, por 317 a 139 votos, foi mantido o veto de Jair Bolsonaro a trechos da Lei de Segurança Nacional que criminaliza as fake news. De outro, foi derrubado o veto de Lula, por 314 a 126 votos, no PL “das saidinhas”, que concedia o justo direito a detentos em regime semiaberto, com cumprimento de um sexto a um quarto da pena, dependendo de seus antecedentes e de bom comportamento, de visitar a família em datas comemorativas.

Nas esferas estaduais, esses setores também avançam não só nas proposições de privatização como também são parceiros de projetos como as escolas cívico-militares.

A ação deliberada para tentar encurralar o governo Lula, com auxílio de supostos “aliados” do governo, tem deixado a extrema-direita bastante confortável para protagonizar episódios grotescos de violência política como os que vimos na semana de 3 a 7 de junho no Congresso Nacional, em especial contra a bancada do PSOL. Tudo isso com a anuência de Arthur Lira. A gravidade é tamanha que nossa Deputada Sâmia Bomfim teve o luto de sua família desrespeitado em um violento debate sobre encarceramento da juventude negra, e Luiza Erundina, exemplo de honestidade e combatividade, chegou a necessitar ir ao hospital durante uma das sessões.

Enquanto isso, mesmo que Bolsonaro continue inelegível, uma de suas três condenações no TSE foi anulada. Justamente a que versava sobre o uso indevido das comemorações de 7 de setembro de 2022. O Ministro Alexandre de Moraes do STF prorrogou por mais 180 dias, pela 10ª vez, o inquérito das milícias digitais. Vemos com grande preocupação a repercussão da manifestação bolsonarista de fevereiro e o papel que Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, tem cumprido em buscar afastar a responsabilização de Bolsonaro e aliados na tentativa de golpe de Estado no país, tanto publicamente, quanto na relação com o STF. Portanto, seguimos na luta para que a cúpula da família e do governo Bolsonaro seja responsabilizada com o máximo rigor e para que não haja anistia.

É nítido que está em curso um movimento para desgastar o governo Lula e fazer disso um elemento que impacte nas eleições municipais deste ano, enfraquecendo

as candidaturas do campo popular, e fazendo deste pleito uma preparação para as eleições nacionais de 2026.

Diante disso, apesar das muitas ações positivas que o governo federal vem adotando, há questões que não colaboram para a efetivação de políticas econômicas e sociais de maior envergadura que estejam à altura de reverter a queda de popularidade enfrentada pelo presidente Lula. Uma delas é o compromisso rigoroso com o Novo Arcabouço Fiscal, mesmo com a crise do RS, que restringe investimentos e que se expressou também na forma como o governo se relacionou com a legítima greve nacional da educação, que recebeu nosso apoio e solidariedade. O governo Lula precisa negociar com as entidades em greve para encerrar a greve e fortalecer a ideia de que a educação é uma prioridade e garantir a manutenção dos mínimos constitucionais da educação e da saúde.

Não se pode desconsiderar que a correlação de forças nas ruas não está correspondendo aos desafios deste momento, mas é preciso seguir apostando no aquecimento e na retomada da capacidade de mobilização dos movimentos sociais. A mobilização popular é estratégica para o governo derrotar a extrema-direita, ao mesmo tempo que é necessária uma reorientação nas relações com os setores da direita tradicional e do centrão, apostando também na ampliação dos investimentos do Estado.

3. Derrotar a extrema direita e seus aliados nas eleições reafirmando um programa de mudanças

Diante do exposto, as eleições municipais deste ano terão um papel crucial na disputa em curso contra a extrema direita e um projeto liberal para o país. Nesse cenário, o PSOL tem um papel muito importante. Fincar um pé no Norte, reelegendo Edmilson Rodrigues em Belém, avançar em capitais e municípios com peso, ampliar nossas bancadas e, principalmente, eleger Guilherme Boulos em São Paulo, a maior cidade do país, são conquistas estratégicas que não apenas posicionam melhor o partido como também o conjunto da esquerda no próximo período.

E precisamos fazer isso defendendo um programa que acumule tanto para o embate ideológico em curso na sociedade, mas também se apresente como portador de reais melhorias na vida do povo.

O PSOL, através do Direito Futuro Cidades, aprovou eixos programáticos norteadores para este debate: defesa da democracia, combate às desigualdades, compromisso com os direitos humanos e meio ambiente.

É necessário desdobrar cada um desses pontos em políticas concretas. De defesa dos serviços públicos, da saúde e da educação. De combate às privatizações. De transparência na gestão e estímulo da participação popular nas decisões do município. De combate ao desmatamento, promoção da transição energética e investimento na mitigação, infraestrutura e adaptação climática. De Reforma Agrária Popular, agricultura familiar e agroecológica. De políticas que promovam direitos para mulheres, negros e negras, população LGBTQIA+, indígenas, quilombolas, PCDs.

Para tudo isso, é indispensável defender o papel do Estado como indutor da economia e de políticas públicas e com capacidade de investimento para fortalecer

os serviços para a população, gerar emprego e combater a desigualdade.